



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Diário da Assembleia Legislativa - 13ª Legislatura

Presidente: Paulo Kobayashi

1º Vice-Presidente: Vaz de Lima
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos da Silva

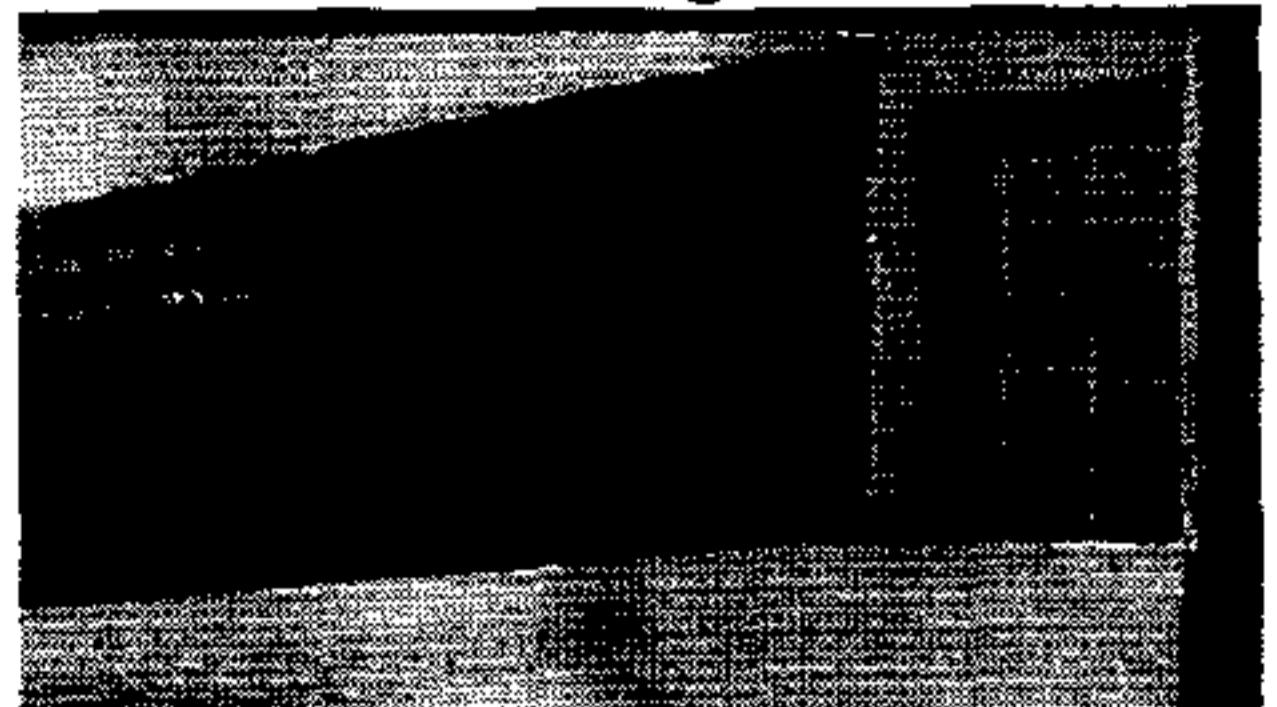
1º Secretário: Milton Monti
2º Secretária: Maria Cecília Passarelli

3º Secretário: Roque Barbieri
4º Secretário: Sylvio Martini

Palácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, s/nº
Itaquera - Fone: 866-6122

PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Poder Legislativo



http://www.imesp.com.br

Volume 107 • Número 160 • São Paulo, terça-feira, 26 de Agosto de 1997

ATOS

LEIS

Lei n.º 9.720, de 25 de agosto de 1997.

(Projeto de lei n.º 575, de 1995, de autoria do Deputado Carlos Alberto Bel - PFL)

Dispõe sobre a obrigatoriedade do acompanhamento de instruções, em português, sobre uso, instalação e de advertência sobre riscos, nos produtos eletro-eletrônicos importados, comercializados no Estado.

O Presidente da Assembleia Legislativa:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 4.º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1.º - Os produtos eletro-eletrônicos importados, comercializados no Estado de São Paulo, deverão vir acompanhados de instruções de instalação e uso, bem como advertências sobre riscos, em português.

Artigo 2.º - Cabe à Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, fiscalizar o efetivo cumprimento desta lei.

Artigo 3.º - Aos infratores serão aplicadas multas de, no mínimo, 100 (cem) UFESPs.

Artigo 4.º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias.

Artigo 5.º - Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 25 de agosto de 1997.

a) PAULO KOBAYASHI, Presidente
Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 25 de agosto de 1997.

a) Auro Augusto Caliman, Secretário Geral Parlamentar

ORDEM DO DIA

26 DE AGOSTO DE 1997
114ª SESSÃO ORDINÁRIA

Proposições em Regime de Urgência

1-Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 137, de 1995, apresentado pelo Sr. Governador, criando a autarquia Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE. Com emendas. Parecer nº 645, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emendas, às emendas de nºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, com subemendas e contrário às demais. Parecer nº 646, de 1996, da Comissão de Obras Públicas, favorável ao projeto, às emendas do relator especial pela Comissão de Justiça, às emendas de nºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. Parecer nº 647, de 1996, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto, com emenda, à emenda de nº 21, na forma de sua subemenda, às

emendas de nºs 1, 3, 6, 8, 10, 15, 16, 20, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31 e 32, na forma das subemendas do relator especial pela Comissão de Justiça e contrário às demais. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

2- Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 1, de 1997, apresentado pelo Sr. Governador, acrescentando dispositivo ao Decreto-lei Complementar nº 7, de 1969, que dispõe sobre entidades descentralizadas. Parecer nº 231, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

3- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1188, de 1991, (Autógrafo nº 23110), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Ivan Valente, dispondo sobre a recomposição da cobertura vegetal do Estado. Parecer nº 469, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 344, de 1993, (Autógrafo nº 23156), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Jamil Murad, dispondo sobre a proibição da instalação de bombas de Auto-Serviço ("Self-Service") em todos os postos de abastecimentos de combustível no âmbito do Estado. Parecer nº 478, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 596, de 1993, (Autógrafo nº 23331), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Roque Barbieri, dispondo sobre a criação do Conselho de Desenvolvimento da Região Nordeste do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado). Parecer nº 190, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 802, de 1993, (Autógrafo nº 23044), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Antenor Chicarino, dispondo sobre a proteção ambiental do Vale do Ribeira. Parecer nº 428, de 1996, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 963, de 1993, (Autógrafo nº 23453), vetado totalmente, apresentado pela deputada Célia Leão, autorizando o Poder Executivo a firmar convênio com as Associações de Desapachantes Policiais. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 560, de 1994, (Autógrafo nº 23398), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Erasmo Dias, dispondo sobre a construção da Rodovia Parelheiros-Itanhaém. Parecer nº 869, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 91, de 1995, (Autógrafo nº 23378), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Carlos Tonin, dando a denominação de "Oscar Steffen" à Estação de Transformação e Distribuição (ETD), da Eletropaulo, no município de Indaiatuba. Parecer nº 861, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 92, de 1995, (Autógrafo nº 23454), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre o transporte gratuito e obrigatório de Policiais Militares fardados. Parecer nº 873, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23455), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rui Falcão, dispondo sobre as contribuições devidas à Carteira da Previdência das Serventias não oficializadas de Justiça do Estado. Parecer nº 870, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispondo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 222, de 1995, (Autógrafo nº 23485), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, dispondo sobre a criação do Banco Estadual de DNA para diagnosticar o Câncer de Mama. Parecer nº 862, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 244, de 1995, (Autógrafo nº 23346), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sidney Cinti, dispondo sobre a assistência religiosa na Polícia Militar do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 315, de 1995, (Autógrafo nº 23604), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Afanasio Jazadji, instituindo remuneração, a ser concedida pelo Poder Executivo, à título provisório, ao juiz de casamento e juizes suplentes de casamento em exercício. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 362, de 1995, (Autógrafo nº 23149), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispondo sobre a gratuidade de passagem nos serviços de transporte coletivo de responsabilidade do Estado às mulheres maiores de 60 anos de idade. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

17- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 367, de 1995, (Autógrafo nº 23609), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Clóvis Volpi, alterando a Lei nº 9849, de 26/09/1967, que autorizou o Poder Executivo a constituir a Fundação "Padre Anchieta" - Centro Paulista de Rádio e TV-Educativa. Parecer nº 1185, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 368, de 1995, (Autógrafo nº 23347), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Uebe Rezek, dispondo sobre a criação do programa de reciclagem para os médicos do Estado. Parecer nº 508, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 403, de 1995, (Autógrafo nº 23348), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Alberto Calvo, dispondo sobre fornecimento pela Rede Pública Estadual da Saúde, de medicamentos de uso contínuo e continuado. Parecer nº 509, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 492, de 1995, (Autógrafo nº 23459), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Aloísio Vieira, autorizando o Poder Executivo a implementar mecanismos de concessão de auxílio temporário às empresas do setor produtivo estabelecidas no território de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 537, de 1995, (Autógrafo nº 23419), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Carlos Tonin, dando a denominação de "Pedro Moraes" ao trevo de acesso ao Parque Residencial Itamaraty, na Rodovia SP-107, em Artur Nogueira. Parecer nº 890, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 553, de 1995, (Autógrafo nº 23592), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Toninho da Pamonha, alterando a redação do artigo 1º da Lei nº 8807/94, que deu a denominação de "Amália Maria dos Santos" à Escola Estadual de 1º Grau Vila Augusta, em Itaquaquecetuba. Parecer nº 1256, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

23- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 561, de 1995, (Autógrafo nº 23610) vetado totalmente, apresentado pelo deputado Waldyr Cartola, dispondo sobre a criação e operação do Sistema Teleférico e de Dutos de Cargas na Serra do Mar, entre a Baixada Santista e São Bernardo do Campo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

24- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 579, de 1995, (Autógrafo nº 23461), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Campos Machado, autorizando o Poder Executivo a implantar a Universidade Aberta de São Paulo - UnAB/SP. Parecer nº 874, de 1997, de relator

especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

25- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 592, de 1995, (Autógrafo nº 23499), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Paschoal Thomeu, autorizando o Executivo a firmar convênios para a prestação de serviço médico emergencial, gratuito, nas rodovias paulistas. Parecer nº 960, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

26- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 624, de 1995, (Autógrafo nº 23462), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Reynaldo de Barros Filho, autorizando o Executivo a implantar o Serviço de Assistência Psicológica junto às unidades de ensino da rede estadual. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

27- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 761, de 1995, (Autógrafo nº 23486), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Paschoal Thomeu, autorizando a Secretaria de Estado da Educação a firmar convênio com empresas prestadoras de serviços médicos e empresas privadas, para prestarem gratuitamente assistência médico-hospitalar a escolares da rede pública estadual. Parecer nº 871, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

28- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 798, de 1995, (Autógrafo nº 23466), vetado totalmente, apresentado pela deputada Mariângela Duarte, regulamentando o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2º Grau. Parecer nº 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

29- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 808, de 1995, (Autógrafo nº 23468), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Sidney Beraldo, autorizando as Prefeituras Municipais a destinarem recursos financeiros à Fundação Padre Anchieta. Parecer nº 804, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

30- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 834, de 1995, (Autógrafo nº 23356), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, normatizando a criação de corpos voluntários de bombeiros. Parecer nº 514, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer nº 515, de 1997, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

31- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 862, de 1995, (Autógrafo nº 23471), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Marcelo Gonçalves, autorizando o Poder Executivo a realizar campanha de esclarecimentos à população paulista sobre o vírus HTLV-1 e sua transmissão pela amamentação. Parecer nº 875, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

32- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 895, de 1995, (Autógrafo nº 23473), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Waldyr Cartola, autorizando o Governo do Estado a instituir "Pedágio Ecológico" na Estrada Velha da Serra do Mar, para os fins que especifica. Parecer nº 805, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

33- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 899, de 1995, (Autógrafo nº 23487), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Djalma Bom, dispondo sobre o uso e exploração de cerrado no Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

34- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 910, de 1995, (Autógrafo nº 23323), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Pedro Dallari, autorizando o acesso, a título gratuito, de policiais militares às estações e trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM. Parecer nº 195, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

35- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 960, de 1995, (Autógrafo nº 23512), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Paschoal Thomeu, autorizando o Executivo a firmar convênio com pessoas jurídicas visando a instituir o "Programa Adote um Ambulatório de Especialidade". Parecer nº 968, de 1997, de relator

SUMÁRIO

Atos	1
Ordem do Dia	1
Pauta	2
Oradores Inscritos	3
Expediente	3
Atos Administrativos	5
Comissões	5
Debates	6
Pronunciamentos de Sessões Anteriores	—
TRIBUNAL DE CONTAS	12

Este caderno, com 20 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.